S.R. DOS RECURSOS NATURAIS
Portaria n.º 1121/2013 de 21 de Outubro de 2013

Ao abrigo do disposto no artigo 17.º da Lei n.º 54/2005, de 15 de novembro, e do Decreto-Lei n.º 353/2007, de 26 de outubro, adaptado à Região Autónoma dos Açores pelo Decreto Legislativo Regional n.º 18/2010/A de 21 de maio, veio João Carlos Garcia Pinhal Patrício requerer a delimitação do domínio público marítimo na confrontação do prédio descrito na Conservatória do Registo Predial de Santa Cruz da Graciosa com o n.º 2896/20090903, sito em Fenais, freguesia de São Mateus, concelho da Graciosa, atualmente inscrito a seu favor, conforme processo que corre termos na Direção Regional dos Assuntos do Mar.

Da documentação para o efeito apresentada pelo requerente encontra-se um despacho do Tribunal Judicial de Santa Cruz da Graciosa, constante no Processo n.º 561/10.6TBAGH, que determina que o processo de delimitação deverá ser efetuado previamente ao reconhecimento de propriedade particular relativa a este prédio, nos termos do artigo 15.º da Lei n.º 54/2005, de 15 de novembro, pelo que cumpre efetuar a respetiva delimitação.

Assim, nos termos do n.º 2 do artigo 17.º da Lei n.º 54/2005, de 15 de novembro, e do n.º 3 do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 353/2007, de 26 de outubro, com as adaptações à Região Autónoma dos Açores, definidas no Decreto Legislativo Regional n.º 18/2010/A de 21 de maio, manda o Governo Regional dos Açores, pelo Secretário Regional dos Recursos Naturais, o seguinte:

Artigo 1.º

Constituição da comissão de delimitação

1 - É constituída a comissão de delimitação do processo de delimitação do domínio público marítimo na confrontação com o prédio sito em Fenais, inscrito na matriz rústica da freguesia de São Mateus sob o n.º 493 e descrito na Conservatória do Registo Predial da Graciosa com o n.º 2896/20090903.

2 - A comissão de delimitação referida no número anterior é composta por:

- a) Um representante da Direção Regional dos Assuntos do Mar, que preside;
- b) Um representante do Ministério da Defesa Nacional;
- c) Um representante do requerente.

Artigo 2.º

Auto de delimitação

1 - O auto de delimitação que vier a ser produzido pela comissão ora nomeada deve observar o disposto nos artigos 7.º e 8.º do Decreto-Lei n.º 353/2007, de 26 de outubro, adaptado à Região Autónoma dos Açores pelo Decreto Legislativo Regional n.º 18/2010/A de 21 de maio.

2 - A proposta de delimitação a que se refere o número anterior e a planta de delimitação a ela anexa são submetidas à homologação do Conselho do Governo Regional pelo membro responsável pela área do ambiente, nos termos do n.º 1 do artigo 9.º do Decreto-Lei n.º 353/2007, de 26 de outubro, adaptado à Região Autónoma dos Açores pelo Decreto Legislativo Regional n.º 18/2010/A de 21 de maio.

3 - A homologação da proposta de delimitação é publicada no *Jornal Oficial*, devendo a Direção Regional dos Assuntos do Mar comunicar aos intervenientes e aos organismos consultados o termo do processo.

15 de outubro de 2013. - O Secretário Regional dos Recursos Naturais, *Luís Nuno da Ponte Neto de Viveiros*.